

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.222 - SP (2018/0238902-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ESTEVAO BOLFER MOURA DE OLIVEIRA
REPR. POR : MARIA APARECIDA BOLFER DE OLIVEIRA - CURADOR
ADVOGADO : ADEMILTON FERREIRA E OUTRO(S) - SP180332

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **Fazenda Nacional**, contra decisão que inadmitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 321/323):

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. ALIENAÇÃO MENTAL. DEFICIÊNCIA GRAVE COMPROVADA POR LAUDO MÉDICO OFICIAL. ISENÇÃO PREVISTA. ART. 6º, XIV E XXI, DA LEI Nº. 7.713/88. INCAPAZ. PREMISSA PRESCRICIONAL AFASTADA. ART.198, I, DO CÓDIGO CIVIL. DIREITO À RESTITUIÇÃO DESDE A DATA DO PRIMEIRO INDÉBITO. EXPLICITAÇÃO DA INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS. REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA UNIÃO IMPROVIDA. RECURSO ADESIVO AUTORAL PROVIDO.

- A Lei nº 7.713/88 em seu art. 6º estabelece as hipóteses de isenção com relação a proventos de aposentadoria ou reforma, e os valores relativos a pensões, quando os respectivos titulares forem portadores de moléstias graves, nos casos e nas condições previstas no artigo 6º, XIV e XXI, da Lei 7.713/88, incluindo em seu rol expressamente a alienação mental, que acomete o autor.

- A isenção do IRPF exige e decorre, unicamente, da identificação da existência do quadro médico, cujo requisito do laudo oficial (artigo 30 da Lei 9.250/1995), segundo decidiu o Superior Tribunal de Justiça, é impositivo à Administração, mas, em Juízo, podem ser considerados outros dados.

- Não existe dúvida de que o autor é portador de moléstia grave, qual seja a alienação mental.

- Irrefutável as referenciada provas técnicas expedidas por órgão oficial do Estado.

- O autor fez instruir a ação com laudo psiquiátrico emitido por serviço médico oficial do Município de São Paulo, na Unidade Básica de Saúde Wamberto Dias Costa (fl. 20), bem assim do Parecer Técnico relativo ao Eletroencefalograma (mapeamento da atividade elétrica cerebral) elaborado por médico

neurologista da Clínica Neurológica da Infância e Adolescência (fl. 21), localizada na Rua França Pinto, 941 - Vila Mariana, São Paulo/SP.

- Dos documentos médicos acostados aos autos restou por reconhecida a alienação mental do autor, bem assim que tal deficiência existe desde o nascimento, não se podendo, portanto, presumir a falsidade da alegação referente à deficiência indicada, razão pela qual comprovada de forma inequívoca o direito do autor à isenção tributária, nos termos da sentença proferida.

- Por se tratar de pessoa incapaz desde o nascimento, contra essa não corre a prescrição, nos expressos termos do art. 198, inciso I, do Código Civil. Menos ainda a quinquenal, equivocadamente arguida pela Fazenda.

- O autor foi interditado por sentença lavrada em 26/10/1995, tendo sido nomeada como curadora a sua mãe, conforme se infere das anotações lançada na certidão de nascimento acostada a fl. 15.

- Malgrado a sentença de interdição do autor tenha sido proferida em de 26/10/1995, expressamente afastada a premissa prescricional no momento da manifestação da incapacidade mental do indivíduo, nos termos da inteligência do art. 198, inciso I, do Código Civil.

Nesses termos: STJ - Quinta Turma, Resp 652.837, Ministra Laurita Vaz, julgamento em 22/05/2007, DJ 29/06/2007. No mesmo sentido: STJ - Primeira Turma, Resp 1.270.630 - AgRg, Ministro Benedito Gonçalves, Julgado em 16/02/2012, DJ 23/02/12; STJ - Segunda Turma, Resp 1.241.486, Ministra Eliana Calmon, julgado em 18/10/2012, DJ 29/10/2012.

- A correção do indébito deve ser aquele estabelecido no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 267/2013 do CJF, em perfeita consonância com iterativa jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, que inclui os índices expurgados reconhecidos pela jurisprudência dos tribunais, bem como a aplicabilidade da SELIC, a partir de 01/01/1996.

- Em relação a eventuais declarações retificadoras, bem como da forma de apuração do ' quantum debetur, a apreciação de tais questões será objeto no momento da execução da sentença, e não nesta fase processual.

- À vista da natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido ao seu serviço, procedo à majoração dos honorários advocatícios, conforme o requerido no recurso adesivo autoral, e os fixo em 10% do valor da condenação, nos termos do artigo 84, § 3º, I do NCPC.

- Remessa oficial parcialmente provida, apelação da União Federal improvida e recurso adesivo autoral provido.

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (fls.349/357)

Contrarrazões apresentadas às fls. 375/387.

Nas razões do especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, e 126, I, e 168, I, do CTN, sustentando, em síntese: (I) a despeito da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem manteve-se omissos quanto a questão relevante ao deslinde da controvérsia, a saber, acerca do prequestionamento dos dispositivos legais ora indicados pela agravante nas razões de recurso especial; (II) que a aplicação do art. 198, I, do CC incide tão-somente na esfera cível, e não na esfera tributária, pois *“o fato de ser incapaz civilmente é totalmente irrelevante para a configuração da pessoa como sujeito passivo da obrigação tributária, tendo o CTN cuidado das hipóteses de suspensão e interrupção da contagem dos prazos da decadência e da prescrição tributários, não contemplando as hipóteses de incapacidade civil, conforme determinado pelo art. 126, I, daquele diploma legal. Ademais, ainda que se admitisse que o Código Civil pode estabelecer normas jurídicas que venham a regular relações jurídicas de direito público (o que estaria em profunda dissonância com o artigo 1.º daquele diploma legal), deve-se aplicar o princípio segundo o qual “lei posterior revoga lei anterior”, já que o CTN, lei de 1966, estaria revogando o Código Civil, diploma legal de 1916.”* (fls. 368); (II) incidir, na hipótese dos autos, o disposto no art. 168, I, do CTN, que prevê o prazo decadencial quinquenal para se pleitear a restituição de indébito tributário.

Requer, com isso, nas razões de apelo raro, o seu provimento, mediante o afastamento da aplicação do art. 198, I, do CC e o reconhecimento da incidência do art. 168, I, CTN, norma especial regente da matéria (fl. 370).

O Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador Geral da República Geraldo Brindeiro, manifestou-se pelo desprovimento do agravo (fls. 423/431).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Versam os autos sobre ação ordinária de repetição de indébito em que o

autor, incapaz judicialmente interditado e representado por sua curadora, pleiteia a restituição do imposto de renda incidente sobre a pensão previdenciária que recebe, ao argumento de que, desde o seu nascimento, é portador de moléstia grave (alienação mental), a qual se insere na isenção prevista no artigo 6º, XIV, da Lei no 7.713/198.

A magistrada de primeiro grau julgou procedente a ação e condenou a União a restituir os valores recolhidos a título de imposto de renda sobre a parcela de 50% do benefício de pensão por morte nº 21/701342528 devida a ele, desde a data de início de vigência da Lei nº 7.713/88 até abril de 2009, bem como os valores pagos indevidamente a título de imposto de renda sobre o benefício de pensão por morte nº 21/1334206357, no período de maio de 2009 a maio de 2011, corrigidos desde o recolhimento indevido, na forma explicitada na sentença (fls.225/226).

Em reexame necessário, o Tribunal **a quo** deu provimento parcial à remessa oficial apenas para explicitar a forma da correção monetária e a incidência dos juros moratórios referentes ao indébito a ser repetido, negou provimento à apelação da União e deu provimento ao recurso adesivo autoral, ratificando o entendimento da sentença, no sentido de que não há falar em ocorrência de prescrição, uma vez que esta não corre contra os incapazes, nos termos do art. 198, I, do Código Civil.

No especial, a União se insurge contra a aplicabilidade, na espécie, do art.198, I, do Código Civil, alegando, em síntese, que tal dispositivo não possui aplicação na esfera tributária, devendo, antes, ter incidência o art. 168, I, do Código Tributário Nacional, norma especial que contempla o prazo decadencial quinquenal para se pleitear a restituição de indébito, fulminando o período que precede os cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

A irresignação, contudo, não merece guarida.

Inicialmente, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Com efeito, a respeito da questão tida por omissa, a saber, acerca da

ocorrência da prescrição, ante à aplicabilidade ao caso, da prescrição quinquenal prevista no Código Tributário Nacional, na forma do art. 168, I do CTN, e não da disciplina do Código Civil sobre a matéria, assim se manifestou a Corte de origem (fls. 318/320):

No caso dos autos, não existe dúvida de que o autor é portador de moléstia grave, qual seja a alienação mental (Lei nº 7.713/88, em seu art. 6º, XIV).

Isso porque estão presentes, de forma irrefutável, as referenciada provas técnicas expedidas por órgão oficial do Estado.

Realmente, ao arrazoar seu pedido, o autor fez instruir a ação com laudo psiquiátrico emitido por serviço médico oficial do Município de São Paulo na Unidade Básica de Saúde Wamberto Dias Costa (fl. 20), bem assim do Parecer Técnico relativo ao Eletroencefalograma (mapeamento da atividade elétrica cerebral) elaborado por médico neurologista da Clínica Neurológica da Infância e Adolescência (fl. 21), localizada na Rua França Pinto, 941 - Vila Mariana, São Paulo/SP.

Dos referidos documentos médicos, acostados aos autos, restou por reconhecida a alienação mental do autor, bem assim que tal deficiência existe desde o nascimento, não se podendo, portanto, presumir a falsidade da alegação referente à deficiência indicada, razão pela qual comprovada de forma inequívoca o direito do autor à isenção tributária, nos termos da sentença proferida.

Agregue-se a tais circunstâncias a interdição do autor, por sentença lavrada em 26/10/1995, tendo sido nomeada como curadora a sua mãe, conforme se infere das anotações lançadas na certidão de nascimento acostada a fl. 15.

Sendo assim, o pleiteante faz jus à isenção do imposto de renda incidente sobre os seus proventos de pensão por morte.

Nesse sentido:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.

MOLÉSTIA GRAVE. TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR. LAUDO PERICIAL. COMPROVAÇÃO. DEFERIMENTO. 1. A Lei nº 9.250/1995 condicionou o reconhecimento da isenção à comprovação da doença por meio de laudo pericial oficial. 2. No caso presente, há documento assinado por médico da Previdência do Estado do RS atestando que com base no Laudo Médio Pericial a embargante é portadora em caráter definitivo de patologia -transtorno afetivo bipolar há mais de 30 anos - sendo inválida em caráter permanentemente. 3. Em que pese o diagnóstico de transtorno bipolar não estar mencionada no art. 6º, XIV da Lei nº 7.713/88 está-se diante de situação de doença mental que incapacita a portadora de

exercer os atos da vida civil. 4. Concessão do direito à isenção de imposto de renda retido na fonte.

(Tribunal Regional Federal da quarta Região, Apelação Cível nº 2006.71.00.018249-2/RS, relator Desembargador Federal ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA, em 27/01/2010)

Dessa forma, mostrando-se indevido o recolhimento do imposto, patente o direito à restituição/repetição do indébito.

Observe-se, por pertinente, que por se tratar de pessoa incapaz desde o nascimento, contra esta não corre a prescrição, nos expressos termos do art. 198, inciso I, do Código Civil. Menos ainda a quinquenal, equivocadamente arguida pela Fazenda.

Realmente, muito embora a sentença de interdição do autor tenha sido proferida em 26/10/1995, afasta-se a prescrição no momento da manifestação da incapacidade mental do indivíduo, nos termos da inteligência do art. 198, inciso I, do Código Civil. Nesses termos: STJ - Quinta Turma, Resp 652.837, Ministra Laurita Vaz, julgamento em 22/05/2007, DJ 29/06/2007. No mesmo sentido: STJ - Primeira Turma, Resp 1.270.630 - AgRg, Ministro Benedito Gonçalves, Julgado em 16/02/2012, DJ 23/02/12; STJ - Segunda Turma, Resp 1.241.486, Ministra Eliana Calmon, julgado em 18/10/2012, DJ 29/10/2012.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (**REsp 763.983/RJ**, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 28/11/05).

Dessarte, observa-se pela fundamentação do acórdão recorrido (fls. 315/323), integrada em sede de embargos declaratórios (fls. 349/357), que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Afasta-se, assim, a alegada omissão ou negativa de prestação jurisdicional tão somente pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Frise-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que para o julgador, se não

irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. SEGURO, VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA Nº 211/STJ. AUSÊNCIA DE COBERTURA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. A tese recursal vinculada aos artigos do código consumerista, apontados como violados, não foi analisada pelo Tribunal local, sequer de modo implícito, atraindo ao caso, portanto, o óbice da Súmula nº 211/STJ.

3. Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao artigo 535 do CPC, haja vista que o julgado pode estar devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pelo recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado. Precedentes.

4. Ao contrário do ora sustentado, a pretensão recursal quanto ao reconhecimento da cobertura do seguro esbarra, invariavelmente, no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1386843/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 24/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EXECUÇÃO DO CONTRATO - SUCESSÃO DE EMPRESAS - OMISSÃO NÃO VERIFICADA - ART. 515 DO CPC - FALTA DE

PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ.

1. A teor da Súmula 211

/STJ, é inadmissível recurso especial para exame de matéria que não foi objeto de prequestionamento.

2. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Aplica o magistrado ao caso concreto a legislação por ele considerada pertinente.

3. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC, quando a omissão alegada nos embargos de declaração é sobre questão desinfluyente para a solução do litígio.

4. Recurso especial da primeira recorrente não conhecido e improvido o recurso da segunda recorrente.

(REsp 804921/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2007, DJ 28/05/2007)

Adiante, quanto à matéria de fundo, melhor sorte não acorre a ora agravante.

Com efeito, tem-se, nos termos do art. 198, I, do Código Civil, que:

Art. 198. Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;

O art. 3º, ali mencionado, dispõe que:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

(...)

II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

Da leitura do excerto supracitado, verifica-se que a Corte de origem, ao verificar o conjunto probatório dos autos, consignou estar comprovado que o autor, ora recorrido, é pessoa portadora de moléstia grave (alienação mental) desde o seu nascimento, reconhecendo seu direito quanto à isenção prevista no art. 6º, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713/1998.

Firmada a premissa de tal incapacidade, o acórdão regional chancelou, então, a incidência da causa impeditiva da prescrição desenhada no já transcrito art. 198, I, do CC (fls. 319/320).

A Fazenda recorrente, de sua parte, após salientar que a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais (art. 126, I, do CTN), entende deva prevalecer, no caso concreto, o comando expresso no art. 168, I, do CTN, que ostenta a seguinte redação:

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

- nas hipóteses dos incisos I e I do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; (Vide art. 3º da LC nº 118, de 2005).

O Código Tributário Nacional, realmente, não contém regra qualquer

disciplinando a prescrição contra incapazes.

Em face de tal lacuna, lícito se faz recorrer ao emprego da analogia, tal como autoriza o art. 108, I, do CTN, de modo a se aplicar a regra contida no art. 198, I, do Código Civil, pois não seria razoável admitir-se que os incapazes, nos domínios do direito tributário, não pudessem contar, em termos de prescrição, com o regime protetivo estabelecido na legislação civil substantiva.

Nesse quadrante, vale colher o elucidativo ensinamento de Regina Helena Costa, **verbis**: "Desse modo, pensamos seja cabível o emprego de analogia no campo tributário, desde que tal não afete o próprio aperfeiçoamento das relações jurídicas obrigacionais e não-obrigacionais, nem se revele prejudicial ao contribuinte. Conseqüentemente, o uso de analogia - cercado das devidas cautelas - serve à praticabilidade tributária, na medida em que, como meio de integração da legislação tributária, permite suprir as lacunas do ordenamento, que poderiam causar dificuldades tanto no exercício de direitos pelo contribuinte quanto na fiscalização e arrecadação dos tributos" (*Praticabilidade e justiça tributária - exequiabilidade da lei tributária e direitos do contribuinte*. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 194).

Logo, forçoso reconhecer que a repetição deferida em prol do autor incapaz (ora recorrido) não se deixou atingir pela prescrição, ante a prevalência do comando normativo contido no art. 198, I, do Código Civil, cujo dispositivo recebeu correta exegese das antecedentes instâncias ordinárias.

Nesse mesmo sentido é a firme jurisprudência desta Corte. A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC. OFENSA. INEXISTÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. MOLÉSTIA GRAVE. INTERDIÇÃO. CURATELA. PRESCRIÇÃO. FLUÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 - STJ).

2. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão

impugnado aprecia fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, ainda que em sentido contrário à pretensão recursal.

3. Hipótese em que as instâncias ordinárias, afastando a prescrição, julgaram procedente a ação de repetição de indébito dos valores de imposto de renda descontados de proventos de pensão por morte desde a data que a recorrida foi acometida pela moléstia isentiva (Mal de Alzheimer).

4. A legislação tributária não possui dispositivo legal que trate da prescrição em relação aos incapazes, pois o art. 168, I, do CTN, dispõe somente a respeito do prazo para a propositura da ação de repetição de indébito.

5. Situação em que deve ser aplicado o disposto no art. 198, I, do CC, pois a recorrida é pessoa absolutamente incapaz para os atos da vida civil, submetida à curatela, não correndo contra ela a prescrição, norma que protege, entre outros, os tutelados ou curatelados.

6. Recurso especial desprovido.

(REsp 1.469.825/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 19/04/2018)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. PESSOA FÍSICA ABSOLUTAMENTE INCAPAZ E JUDICIALMENTE INTERDITADA. MOLÉSTIA GRAVE. ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 6º, XIV E XXI, DA LEI 7.713/88. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CAUSA IMPEDITIVA DE PRESCRIÇÃO. ART. 198, I, DO CÓDIGO CIVIL. INCIDÊNCIA. ART. 108, I, DO CTN. ANALOGIA. PRESCRIÇÃO AFASTADA.

1. Tratando-se de autor absolutamente incapaz e judicialmente interditado, portador de moléstia grave prevista no artigo 6º, XIV e XXI, da Lei nº 7.713/88, não há falar em prescrição de quaisquer parcelas referentes à repetição do imposto de renda indevidamente cobrado sobre pensão previdenciária por ele recebida após o surgimento da incapacidade (o caso era de isenção do tributo), uma vez que, nos termos do art. 198, I, do Código Civil, a prescrição não corre contra os absolutamente incapazes.

2. Não possuindo o Código Tributário Nacional regra própria que discipline a prescrição contra incapazes, lícito se revela o emprego da analogia, tal como previsto no art. 108, I, do CTN. Nesse contexto de lacuna, em benefício de incapaz, a regra impeditiva da prescrição, de que trata o art. 198, I, do CC, tem prevalência sobre a regra prescricional do art. 168, I, do CTN.

3. Como refere REGINA HELENA COSTA, "o uso de analogia - cercado das devidas cautelas - serve à praticabilidade tributária, na medida em que, como meio de integração da legislação tributária, permite suprir as lacunas do ordenamento,

Superior Tribunal de Justiça

que poderiam causar dificuldades tanto no exercício de direitos pelo contribuinte quanto na fiscalização e arrecadação dos tributos" (Praticabilidade e justiça tributária - exequiabilidade de lei tributária e direitos do contribuinte. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 194).

4. Recurso especial da Fazenda Nacional a que se nega provimento.

(REsp 1.125.528/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 12/04/2016)

Assim, tendo em vista que o entendimento do tribunal de origem encontra-se no mesmo sentido da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão, verifica-se que o acórdão recorrido não comporta quaisquer reparos.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sérgio Kukina, Relator